GLOBALIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

*Paulo dos Santos Rocha**

O mercado de trabalho brasileiro vem passando por grandes transformações nesta década.

Essas mudanças originam-se, de um lado, da reorientação do modelo brasileiro de desenvolvimento, que transitou, a partir de 1990, da industrialização protegida para uma economia aberta e competitiva, e, de outro lado, do, digamos, relativo sucesso do plano de estabilização.

A inserção da economia brasileira no processo de globalização trouxe substanciais impostos sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas brasileiras e sobre o mercado e as relações de trabalho.

O Plano Real alterou preços e salários relativos nos mercados de produtos e de trabalho e, pela desindexação, conduziu empregadores e trabalhadores à livre negociação dos seus interesses de natureza econômica, diminuindo o grau de conflito nas relações trabalhistas.

POSIÇÃO SINDICAL

Segundo apontamentos tirados de conclusões sindicais, e tanto de representantes do capital, como do trabalho, o desafio consiste em conciliar eficiência e equidade em uma economia internacionalmente competitiva. As políticas de emprego no contexto de uma economia aberta e competitiva seriam: consolidação e estabilidade para garantir o crescimento sustentado; modernizar as relações de trabalho; reduzir os custos não-salariais do trabalho; investir na educação e na

* Juiz do Trabalho Substituto - TRT da 22ª Região - Teresina-PI. Prof. da UESPI.

formação profissional da força de trabalho e desenvolver programas de geração de emprego e renda destinados aos pequenos e médios empreendimentos, formais e informais.

A importância da modernização das relações de trabalho para a política de emprego reside em estabelecer um maior poder de arbítrio dos trabalhadores sobre o seu posto de trabalho. Isto é, criar as condições para que, via negociação, os trabalhadores evitem que choques externos desemboquem no desemprego em decorrência de enrijecimentos nos sistemas de remuneração, de benefícios e de condições de trabalho.

Segundo alguns, a questão central de uma economia globalizada e competitiva é que os aumentos de produtividade elevam a eficiência do sistema econômico e, portanto, as chances de sucesso de uma economia integrada internacionalmente, mas reduzem o impacto do crescimento sobre o emprego.

A solução reside em promover o desenvolvimento econômico sustentável que dinamize o mercado de trabalho apesar dos menores requisitos de emprego por unidade de produto e de investimento.

É essencial assegurar um ciclo sustentado de crescimento atrelado ao processo de globalização. Evidente que tal ciclo deve manifestar-se também com menos exclusão social, pobreza e desigualdade.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS HORAS TRABALHADAS

Todo esse raciocínio tem sido expendido pelas entidades sindicais, sobretudo setores mais comprometidos com um ideário que, acomodando-se naturalmente às tendências inevitáveis do mercado e da situação econômica internacional, querem que as passagens de níveis se façam sem traumas.

Nesses pontos estamos praticamente transcrevendo recente trabalho de Jorge Jatobá. Continua ele dizendo que a flexibilização das horas trabalhadas, em bases

anuais, e restrições ao uso de horas-extras devem ser objetivos a serem perseguidos através da negociação coletiva sem prejuízos para a competitividade da economia.

Um maior espaço negocial, continua o mesmo assessor do Ministério do Trabalho, geraria, assim, uma maior flexibilidade do emprego, evitando demissões ou minimizando o desemprego resultante de um processo de ajuste econômico no nível da empresa.

Ajuste econômico à parte, problemas gerenciais em outra ponta, o certo é que naturalmente o governo pretende diminuir zonas de atrito para neutralizar o desemprego, item primeiro que faz subir o grau de insatisfação e impopularidade de qualquer administração, especialmente a atual, acossada por índices, ainda que contingenciais, mas alarmantes de não aprovação popular.